

PARQUE ESTADUAL DA SERRA DOURADA, GOIÁS: PAISAGENS E DISPUTAS TERRITORIAIS¹

SERRA DOURADA STATE PARK, GOIÁS: LANDSCAPES AND TERRITORIAL DISPUTES

Aline de Fatima Marques

Universidade Federal de Jataí – UFJ
Rua Riachuelo, 2090 - Setor Samuel Gram, Jataí - GO, 75804-020
ORCID: 0009-0008-7934-3618
ma.alinemarques@gmail.com

Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves

Universidade Estadual de Goiás – UEG, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo, Campus Cora Corlina
Avenida Deusdete Ferreira de Moura - Centro, Goiás - GO, 76600-000
ORCID: 0000-0002-8033-0426
ricardo.goncalves@ueg.br

Eguimar Felício Chaveiro

Instituto de Estudos Socioambientais - IESA, Universidade Federal de Goiás - UFGAv Esperança, s/n - Samambaia,
Goiânia - GO, 74001-970
ORCID: 0000-0001-8608-2278
eguimar@ueg.br

Resumo

¹ Parte dos resultados apresentados neste artigo foram sistematizados na dissertação de mestrado da primeira autora.

O Parque Estadual da Serra Dourada é revelador de territórios e paisagens em disputas no Cerrado goiano. Com o objetivo de apresentar essas disputas, no presente artigo, nos ocupamos de fazer uma ligação entre paisagem e território. Para motivar as reflexões, duas perguntas fundamentam a constituição do trabalho: que níveis de disputas territoriais existem no Parque da Serra Dourada? Essa pergunta nos leva a colocar outra: qual é a importância socioambiental do Parque da Serra Dourada? A metodologia baseia-se em levantamento bibliográfico, pesquisa de campo, observações diretas em audiências, diálogos livres com pesquisadores e ambientalistas. Os resultados são apresentados em duas seções do texto. Inicialmente, propõe-se a interpretação territorial do Cerrado como elo metodológico e teórico para se analisar as apropriações e conflitos territoriais no Parque Estadual da Serra Dourada. No segundo momento, conta-se também com o fundamento territorial da interpretação do Cerrado para a compreensão dos discursos, representações e usos do Parque. Demonstra-se que o território e a paisagem do Parque Estadual da Serra Dourada estão em disputa.

Palavras-chave: Goiás, Cerrado, Parque da Serra Dourada, Disputa territorial, Conflito.

Abstract

The Serra Dourada State Park is revealing of disputed territories and landscapes in the Cerrado of Goiás. In order to present these disputes, in this article, we are concerned with making a connection between landscape and territory. To motivate reflections, two questions underlie the constitution of the work: what levels of territorial disputes exist in Serra Dourada Park? This question leads us to pose another: what is the socio-environmental importance of Serra Dourada Park? The methodology is based on bibliographic survey, field research, direct observations in audiences, free dialogues with researchers and environmentalists. Initially, the territorial interpretation of the Cerrado is proposed as a methodological and theoretical link to analyze the appropriations and territorial conflicts in the Serra Dourada State Park. In the second moment, there is also the territorial foundation of the interpretation of the Cerrado for the understanding of the discourses, representations and uses of the Park. It demonstrates that the territory and landscape of Serra Dourada State Park are in dispute.

Keywords: Goiás. Cerrado, Serra Dourada Park, Territorial Dispute, Conflict.

1. Introdução

O Canto da vida

Um dia, num poente ourificado e feliz, a Serra Dourada gritou:

-Eu vi, eu vi tudo! E foi logo narrando:

-Eu vi as festas dos índios Goyá, E depois, a sua lágrima póstuma.

-Eu vi, as botas de ferro do Ananguera.

-Eu vi tudo!

O ouro de aluvião tilintar nos olhos da cobiça, E o rio Vermelho defenestrado;
Escravos, suor no rosto, derramando sangue, Para construir muros para o seu próprio cativo.

- Eu vi, isso é Serra Dourada Eu vi Bernardo Élis,
Tímido e justo;

E Cora Coralina, rebelde e poética; Doce caseiro, licor de murici, Geleia de pequi!

Eu vi,

Vi as areias de Goiandira;

E me vi protegido e ameaçado;

-Eu sou a Serra Dourada!

Escutei os séculos, O canto da vida.

(Eguimar Felício Chaveiro/Sebastião Madeiras, 2021)

A leitura do poema indicado no introito nos oferece uma pista para interpretar o Parque Estadual da Serra Dourada. Pode-se dizer que a estratégia poética e subjetiva de fazer a Serra Dourada olhar a vida histórica e cultural da cidade de Goiás, emana uma dimensão do tempo, pois ela metaforiza a longa história do Cerrado goiano, cerca de 65 milhões de anos; e uma dimensão espacial, isto é, ela está posicionada, localizada no importante espaço de Goiás relativamente seminal, que é a Cidade de Goiás.

O poema, além de desenvolver a estratégia de criar a imagem de a Serra Dourada olhar as dimensões históricas culturais da Cidade de Goiás, traça alguns pontos importantes: inicialmente, a empreitada do bandeirantismo colonizador, depois a atividade da mineração e junto, os problemas sociais e ambientais causados por essa atividade histórica, tanto a extinção de povos indígenas, como o que é chamado de defenestração do rio Vermelho.

Mas, a poesia faz emergir contradições, a começar pela exuberância da Serra Dourada, que logo à frente se tornou um parque e também pela arte empreendida por vilaboenses reconhecidos, como: Cora Coralina, Goiandira do Couto e a passagem importante e definitiva de Bernardo Élis. Três artistas, uma poetisa, um romancista e contista, e uma pintora. Não termina a riqueza de Goiás, que também se faz com simplicidade, doces e licores.

Da leitura do poema, pode-se envergar um método para a interpretação do Parque da Serra Dourada. Consta no texto poético que não se deve pensar o Parque Estadual da Serra Dourada, as suas tensões, os conflitos, a dimensão legal, os atores e agentes que o significam e o disputam, sem pensar a realidade territorial, incluindo a história e a cultura de Goiás. O vislumbre do poema *O canto da vida* demonstra que há uma integração entre o Parque e a cidade, como entre o Parque e a história.

O estado de Goiás possui 14 Unidades de Proteção Integral e 10 Unidades de Uso Sustentável. Neste sentido, o Parque Estadual da Serra Dourada (criado pelo Decreto N° 5.768, de 05 de junho de 2003) é uma das Unidades de Proteção Integral que compõe a diversidade paisagística, territorial e ambiental goiana. Com efeito, o Parque é também um território em disputa. Com o objetivo de apresentar essas disputas, no presente artigo, nos ocupamos de fazer uma ligação entre paisagem e território.

Para motivar as reflexões, duas perguntas fundamentam a constituição do trabalho: que níveis de disputas territoriais existem no Parque da Serra Dourada? Essa pergunta nos leva a colocar outra: qual é a importância socioambiental do Parque da Serra Dourada?

Para encaminhar as reflexões partiremos da consideração de que o Parque da Serra Dourada se coloca diante de uma contradição estrutural: ao mesmo tempo em que os atores hegemônicos locais o agrega à identidade de Goiás, usando-o para positivar a imagem da cidade e de seus sujeitos, querem usá-lo para fins econômicos. Por isso, desenvolvem dois tipos de

estratégias: a formação de um grupo de pressão ao Estado e às autoridades de gestão; e o uso ilegal de seu território por distintos atores econômicos.

Além desta introdução e das considerações finais, este texto está dividido em duas partes. Inicialmente, propõe-se a interpretação territorial do Cerrado como elo metodológico e teórico para se analisar as apropriações e conflitos territoriais no Parque Estadual da Serra Dourada. No segundo momento, conta-se também com o fundamento territorial da interpretação do Cerrado para a compreensão dos discursos, representações e usos do Parque. Demonstra-se que o território e a paisagem do Parque Estadual da Serra Dourada estão em disputa.

2. O Parque Estadual da Serra Dourada e a interpretação territorial do Cerrado

O Parque Estadual da Serra Dourada se estende na visão de quem chega ao município de Goiás. As suas paisagens, expressas nas ondas volumosas da serra, abarcam a visão de quem chega de Goiânia em direção a Cidade de Goiás (GO); o mesmo ocorre com quem chega de Itapirapuã (GO), de Itapuranga (GO) e Faina (GO).

Exuberante, o Parque Estadual da Serra Dourada circunda a Cidade de Goiás e Mossâmedes. A riqueza cênica das paisagens, as ondulações do relevo, as fitofisionomias do Cerrado, o efeito de perspectiva causada pela altitude, inclusive as múltiplas espécies de flores, de pássaros, de cobras, podem, num primeiro olhar, inclusive num olhar de admiração, esconder as disputas territoriais que o coloca no centro de forças diferenciadas. Garimpeiros, empresas de turismo, fazendeiros tradicionais, assentados de reforma agrária, gestores públicos e demais autores promovem distintas pressões territoriais no território do Parque.

Entretanto, essas pressões não existem sem resistências. Membros de grupos de pesquisas da Universidade Estadual de Goiás (UEG), como o Gwatá – Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo; pesquisadores e estudantes da Universidade Federal de Goiás (UFG) e do do Instituto Federal de Goiás (IFG); militantes da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – seção Cidade de Goiás; ativistas ambientais; movimentos estudantis; parte de grupos religiosos; integrantes da cultura popular; lideranças e agentes dos movimentos sociais, estudam as diversas potencialidades do Parque, fazem defesa de seus ambientes; demonstram a sua importância ecológica e cênica e enfrentam os que querem reduzi-lo.

Muitos, ou quase todos que pertencem ao setor de resistência socioambiental, ou os que defendem a sanidade do Parque da Serra Dourada, desenvolvem a sua ação tomando-o como reserva ambiental do Cerrado. Essa condição indica que a preservação do Parque significa preservar o Cerrado. Mais que preservar, significa ter um laboratório vivo e dinâmico para se entender esse importante território genuinamente brasileiro. De maneira esquemática, a reflexão e a interpretação territorial do Parque Estadual da Serra Dourada estão sintetizadas abaixo (Figura

1).

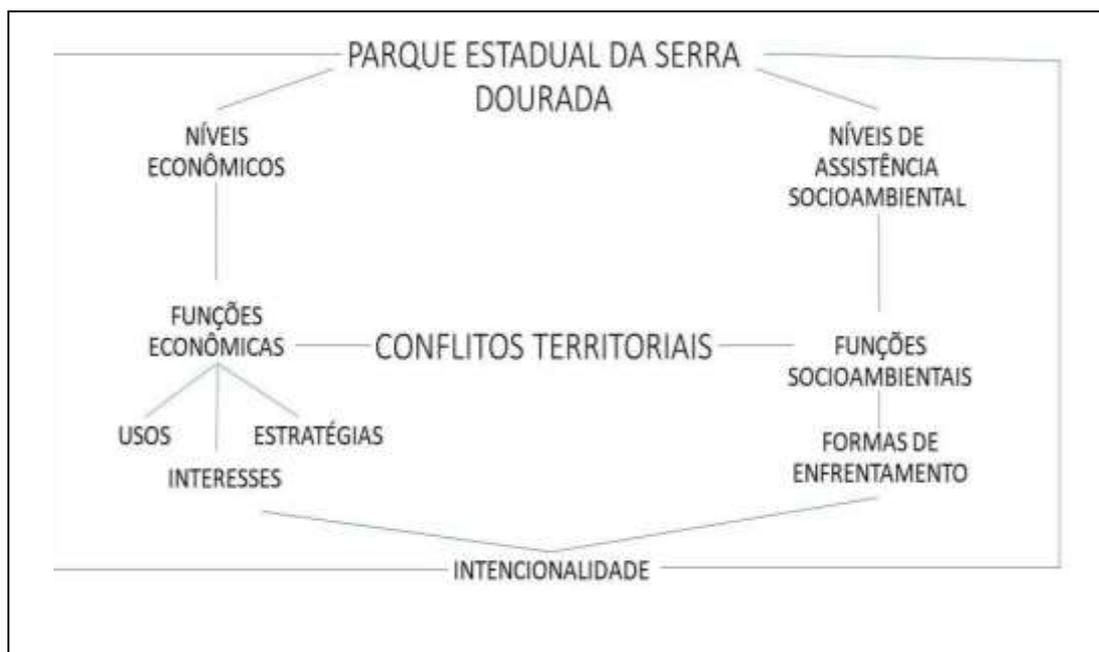


Figura 1. A interpretação territorial e os conflitos do Parque Estadual da Serra Dourada. **Elaboração:** Os autores.

A forma esquemática descrita no fluxograma 1 indica, inicialmente, três aspectos centrais que constroem conflitos territoriais do Parque Estadual da Serra Dourada: primeiramente, o nível dos atores territoriais; em segundo lugar, as funções que cada grupo de atores dão ao Parque e, por fim, o combate de intencionalidades e estratégias a partir dos usos e da significação.

Esses aspectos respondem pelo que Almeida (2004) faz referência quando trabalha o conceito “cultura ecológica”. Em termos sintéticos, a pesquisadora estabelece que cada ator, mediante a sua identidade, defende e cria um modo de relacionar com a natureza. A sua explicação geral é apresentada por Almeida (2004, p.72).

Quando presentemente a sociedade se interroga sobre suas relações com o meio natural, está também estimulando um debate sobre a instrumentalização da natureza e uma reconsideração da sua construção simbólica. Nesta perspectiva, a crise ambiental teria este sentido da “violência”, e aparece como um momento importante da nossa história, uma vez que ela cria uma ocasião ímpar de efetuar um retorno à socialização da natureza e apreender as dissonâncias entre a legitimação e a produção de ordem social existentes na contemporaneidade. Isto estimula a vertente comunicacional da modernidade e age indiretamente sobre a práxis social.

Conforme está colocado pela pesquisadora, mesmo que se observa, no caso da pesquisa que se realiza, a dimensão de um objeto natural: o Parque Estadual da Serra Dourada, ele tem vínculo maior com o modo com que a natureza é dimensionada na modernidade. Podemos falar a

partir do ensinamento da referida professora, que os conflitos de usos e de significações simbólicas do referido Parque, estão vinculados aos conflitos da sociedade capitalista na sua relação com a natureza.

Esse raciocínio presente em vários autores, como Porto-Gonçalves (2006), Moreira (2011) e Souza (2019), quando implantado a partir do Cerrado, ganha um destaque próprio. Os critérios de posição e localização do Cerrado no centro e no interior do país, a relação com outros biomas, como a Floresta Amazônica, a Caatinga, a Mata Atlântica, o Pantanal; o seu imenso domínio territorial; a sua diversidade e o modo como o Estado brasileiro, desde a década de 1930, definiu políticas de integração nacional e de desenvolvimento, iriam transformá-lo, mudando o seu significado.

Pode-se observar a importância da posição e da localização do Cerrado (Figura 2).



Figura 2. Localização do Cerrado brasileiro. Elaboração: Natália Mateus. Organização: Os autores, 2021.

Por se localizar no centro do país e estar no limite das regiões Norte e Sudeste, o Cerrado brasileiro, como foi falado anteriormente, se tornou importante para implementar os projetos de integração desenvolvimentista. Almeida (2004, p.74) ajuda a entender isso dizendo que,

Para o ideário desenvolvimentista que caracterizou as principais políticas governamentais desde a década de cinquenta do século XX, as vastas terras do Cerrado significavam, e ainda significam, um espaço com viabilidade econômica,

obscurecendo desta forma seu potencial como biodiversidade. A expansão da monocultura da soja, embora venha favorecendo a balança comercial brasileira, também está afetando sensivelmente o ecossistema e as populações locais. No caso da biodiversidade, há a perda de habitat de inúmeras espécies animais e vegetais, o que reflete sobre aquelas populações gradualmente privadas de sua base de recursos, comprometendo, assim, sua identidade cultural como homem do Cerrado. Também deve considerar-se que a devastação da vegetação natural significa a perda do conhecimento acumulado ao longo dos tempos, sobre o uso medicinal tradicional das plantas pelas populações a elas associadas. Estas, muitas vezes, migram para centros urbanos, provocando a ruptura do saber e conhecimento acumulado em sua vivência com a natureza. Schultes (1994) chega mesmo a denominar este processo de “queima de biblioteca”.

O pano de fundo que estimula a forma economicista de ver o Cerrado, conforme explica a autora (2004), baseia-se nas políticas desenvolvimentistas. Ao mudar a posição, ou seja, ao ver o Cerrado mediante a potencialidade econômica até o plantio das monoculturas de soja, o que se tem é a perda da biodiversidade. Os parques e todos os tipos de reservas passam a ser as “bibliotecas naturais” protegidas da fome economicista do agronegócio. Mas mesmos eles são tentados pelos atores hegemônicos.

Ainda é possível perceber que o desenvolvimentismo se desembocou na urbanização mediante o processo migratório. Com isso houve a desorganização das populações locais e a ruptura de seus saberes, bem como de suas identidades. A dimensão simbólica e identitária passaram a ter importância na análise do Cerrado, pois alterou-se a forma de pertencimento. Povos indígenas, camponeses, quilombolas, pescadores tradicionais, e outras identidades, tinham relações de vida diretas com o Cerrado, enquanto que o investidor capitalista olha-o e significa-o através somente do critério economicista.

Por isso, que o Cerrado precisou ser ideologizado (BORGES, 2013; CHAVEIRO, 2019). A tese de doutoramento de Rosana Maria Ribeiro Borges, intitulada **Pensamentos dispersos, hegemonias concentradoras: discursos jornalísticos e movimentos de territorialização no Cerrado**, defendida em 2013, demonstra, com uma pesquisa criteriosa, o processo de ideologização do Cerrado. A pesquisadora explica que,

Tal como o Jornal O Popular, diversos periódicos regionais e nacionais possuem um leque enorme de matérias que denunciam, até mesmo em tom apocalíptico, o modo como o Cerrado vem sendo capturado, o que contribui para a ampliação dos conhecimentos sobre este Domínio, para o fortalecimento da opinião pública em sua defesa e para alertar as autoridades responsáveis. Por outro lado, ao mesmo tempo em que a maioria dos veículos jornalísticos denunciam a degradação do Cerrado, também tecem louros às cifras da agroindústria e exaltam práticas desenvolvimentistas e economicistas necessárias ao avanço do capital e principais responsáveis pela complexa trama que o degenera. Por conseguinte, raramente um movimento de síntese que possibilite a compreensão do Cerrado em sua totalidade é promovido, e a responsabilidade por fazê-lo é repassada ao leitor (BORGES, 2013, p.36).

A ideologização do Cerrado, ou conforme Borges (2013) explicou, a dispersão de pensamento em torno de sua representação, começa por não juntar as partes. Começa por fragmentar as notícias, ou o seu conhecimento. Para poder explicá-lo sem cair nas armadilhas ideológicas, a mesma autora recomenda ver o Cerrado a partir da totalidade.

Nesse ponto, poderia perguntar: como ver o Parque Estadual da Serra Dourada mediante a totalidade? Conforme tem explicado o professor Eguimar Felício Chaveiro, especialmente em sua tese para acesso de cargo de professor titular da Universidade Federal de Goiás (UFG), denominada “Por uma abordagem geográfica do Cerrado: a negação de um bioma diverso, a afirmação de um território desigual – Cartas de luta”, defendida em 2019, uma leitura de totalidade do Cerrado significa pensá-lo a partir da formação socioespacial brasileira e pensar o Brasil incluindo o Cerrado.

A leitura territorial do Cerrado, proposta por pesquisadores como Chaveiro e Barreira (2010), Inocêncio (2010), Chaveiro (2019), Calaça (2011) e Gonçalves (2016), faz uso da noção de escala. Por essa noção, é possível pensar o Cerrado goiano na relação com a dinâmica da economia da região Centro-Oeste, do Brasil e também internacional.

Realidades territoriais como parques e assentamentos, por exemplo, apesar de serem importantes locais de enfrentamento da hegemônica economicista do Cerrado, muitas vezes são cercadas por lavouras de soja, ou por atividades de cunho economicista, como o turismo ligado ao mercolazer.

O fato é que quanto mais o Cerrado se transforma em um território de economia dinâmica a partir do modelo agroexportador, mais cresce a importância dos parques. E quanto mais o Cerrado é transformado num território de rentabilidade econômica, mais os parques sofrem pressões. As pressões geram tensões políticas, estratégias ideológicas de cooptação do sentimento de trabalhadores para apoiarem as ideias que desenvolvendo todos vão se lucrar.

As legendas de apropriação dos territórios do Cerrado apresentam a força de um ator: o Estado brasileiro. Conforme se vê, o uso do Cerrado, motivado pelas políticas territoriais do Cerrado, ocorreu com a ação direta do Estado em ligação com organismos internacionais.

O Estado é, portanto, um ator hegemônico que, além da legitimidade jurídica dada ao Parque Estadual da Serra Dourada, incentivou o uso hegemônico do Cerrado. Por isso, é um agente que tem pressionado a redução da área do Parque, ao mesmo tempo que tem desenvolvido discursos ideológicos favoráveis à preservação.

Em muitos casos, o Estado, mediante o governo estadual se junta a outros atores hegemônicos, como os fazendeiros para, assim, aumentar a pressão de uso dos parques. Em conversa informal com membros da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), seção Cidade de Goiás, foi possível ouvir que,

Há sempre tentativas de reduzir a área de Parque Estadual da Serra Dourada, dizer que se reduzir vai incrementar a economia, gerar emprego, é o mesmo discurso de sempre. O próprio governo estadual deu uma investida nesse sentido. Mas o Estado não age apenas assim, age fechando os olhos para as ocupações irregulares de comerciantes e de fazendeiros. Age também não dando importância, por exemplo, não colocando fiscalização e vigilância suficiente. O governo acha que isso aqui atrapalha o município, mas vem propor o FICA – Festival Internacional de Cinema Ambiental – aqui. E aí, fazo discurso ambiental, tira fotografia, elogia a beleza (Reunião da AGB, out. 2019).

As observações apresentadas demonstram o grau de tensão permanente das reservas ambientais no Brasil e no caso específico, o Parque Estadual da Serra Dourada. O mesmo estado que legitima a criação dos parques, depois trabalha para diminuir área, para propor formas dissimuladas de uso, usando estratégias ideológicas e também fazendo o discurso do desenvolvimento econômico.

A fala do membro da AGB - Seção Cidade de Goiás, destaca outro ator que é complexo: são, às vezes, negociantes, donos de parques, boates e bares que solapam, entram e apossam de parte dos parques, muitos pressionam para lotear partes. Há também trabalhadores empobrecidos, pequenos comerciantes que o usam para a sobrevivência.

É fácil que esses atores aproveitem as propostas de redução e de intensificação de uso das áreas do parque. Também é fácil se tornarem agentes ideológicos estratégicos para convencer vizinhos e moradores dessas propostas. O trabalho de corpo a corpo e a conversa no sentido de convencer os moradores são feitas por essas pessoas em bares, nas praças, ou mesmo em festas caseiras, de maneira distraída, mas que opera a intencionalidade economicista.

Os turistas, embora diferenciados, tendem a defender a preservação, são comovidos pelo efeito cênico. Praticamente todos se entusiasma com o ambiente, com as imagens, com o tamanho e com a riqueza da biodiversidade. Contudo, por não terem residência e permanência no município e na cidade, não constroem forças de enfrentamento às propostas de uso economicista.

As universidades e o setor educativo em geral se movimentam. Além das pesquisas, estendem-se da biodiversidade para a sociobiodiversidade, pois se aproximam de camponeses assentados, dos coletivos de mulheres, como as mulheres coralina (Ribeiro, 2016) e as mulheres aroeiras; tentam descobrir as potencialidades culturais das pessoas do lugar, valorizam os licores, os frutos, os doces, as artes, os museus. Em muitos casos fazem levantamento topográficos, análises hidrológicas e hidrográficas, denunciam o desmatamento, o uso ilegal das águas, criam, inclusive, conceitos que possuem poder de crítica. Em conversa informal com um professor que é militante da causa social e ambiental, depois de demonstrar que, em grupo, acompanha o desenrolar ambiental do município de Goiás, incluindo o Parque Estadual da Serra Dourada, disse que,

Veja o rio Vermelho, esse rio importante aqui para a região, para os camponeses, esse rio está maluco: ora, perde a vazão de água, ora possui enchentes. O desequilíbrio desse rio é apenas um exemplo do desordenamento criminoso da terra de suas adjacências. Mas usa-o também para retirada de areia, isso tudo na cara limpa, não há fiscal. Os outros córregos do município também são dilapidados. Agora precisamos mudar o conceito: temos que falar em “sequestro das águas”. As águas do Cerrado estão sendo sequestradas, em muitos casos para serem exportadas virtualmente em lavouras. É preciso mudar o conceito: ao falarmos em sequestro das águas estamos definindo melhor o que acontece (Cidade de Goiás, out.2019).

As palavras do professor-militante demonstram a sua atenção ao elo entre ambiente e território. Demonstram que a hegemonia do território, o uso da terra apenas para fins econômicos, gera problemas ambientais. Muitos desses problemas são, a curto prazo, irremediáveis.

O mesmo professor, ciente da importância de analisar a totalidade do Cerrado brasileiro, mas, vinculado ao local, apresenta a sua visão das tensões e dos conflitos envolvendo o Parque, a partir de uma análise de conjuntura das forças – e dos atores – que estão vinculados à Cidade de Goiás. Observa que em Goiás há uma disputa pela memória e há uma espécie de rastros de estigmas antigos.

Com desenvoltura e sustentado em pesquisas, de maneira descontraída observa que a cidade e o município de Goiás são compreendidos atualmente por diferentes grupos sociais: assentados de reforma agrária; camponeses tradicionais do local; antigas pessoas ligadas às familiocracias dominantes desde o começo do século XX; pequenos chacareiros urbanos; turistas; estudantes; professores universitários de fora; moradores tradicionais que lutam pelo controle das instituições locais; ativistas culturais; artistas; gente da igreja tradicional e gente da igreja progressista.

A todos esses grupos se somam agentes de religiões afrodescendentes, grupos ligados à escola de família agrícola; grupos de teatros e musicais; raizeiras; benzedeadas e vários tipos de grupos juvenis. Diante dessa quantidade de grupos, modos de vida e de visão se conflitam. Há vertentes progressistas, atualizadas com, por exemplo, as mudanças científicas, as lutas mundiais de trabalhadores e há gente conservadora, tradicional, de pés presos no século XIX.

Em situações rotineiras, os conflitos são aparentemente apaziguados. Mas em eventos determinados, como, por exemplo, a luta pelo fechamento das escolas, os conflitos aparecem. O aspecto cultural e histórico da cidade, os vários eventos que promovem, a chegada e a saída de pessoas variadas, criam situações antagônicas: ora, a cidade tem uma pinta universal, ora é uma cidade tradicional.

Nessa ordem, surge a disputa pela memória. Dois professores universitários interessados nesse assunto, em sequência e em conversas livres, declararam:

[...] é muito interessante a disputa da memória: o grupo conservador quer demonstrar que é dono da cidade; que tem posse simbólica da beleza das casas coloniais, das formas urbanas, do Parque Serra Dourada, dos literatos famosos e dos artistas plásticos, inclusive dos casos de heroísmo. Outro grupo quer falar que aqui dizimaram os povos Goiá, que aqui os bandeirantes roubaram o ouro enviaram para Portugal; que aqui houve jagunços, coronéise tanta maldade contra escravos, basta andar na cidade para ver o sofrimento vivo dos escravos (Cidade de Goiás, out. 2019).

O outro interlocutor emendou:

[...] é tão engraçado que tem gente até hoje que não gosta de ouvir falar a palavra “Goiás Velho”; tem gente que não se conforma com a mudança da capital e sente que é dona da memória, vive então ressaltando que é a capital do Estado, que o Estado de Goiás nasceu aqui. A disputa de memória é muito importante porque de alguma forma guia a posição política das pessoas, o modo como elas reagem. Mas a estudantada chegou aqui para azar, não dá para segurar, eles impõem outro ritmo (Cidade de Goiás, out. 2019).

Considerar que as tensões e os conflitos territoriais são mediados por escalas e também pela operação simbólica, demonstra que os atores hegemônicos e os explorados, agem também mediante representações, discursos e intencionalidades. No caso da disputa da memória há uma implicação no modo de ver o território. Quem quer ser dono da memória quer ser dono do território.

3. Os discursos sobre o Parque Estadual da Serra Dourada: representações e interesses em disputa

Os discursos sobre o Parque Estadual da Serra Dourada são distintos e revelam de representá-lo pelos diferentes grupos (Quadro 1).

Quadro 1. Discursos sobre o Parque Estadual da Serra Dourada

GRUPOS E IDENTIDADES	DISCURSOS
Estado	Visão ambígua – preservacionista no discurso – redução e uso
Fazendeiros/pecuaristas	Uso – discurso de desenvolvimento
Chacareiros	Ambíguo – uso apenas nas adjacências
Donos de clubes	Uso para comércio nas adjacências
Atores políticos	Ambíguo – discurso de preservação – ação diferenciada das forças
Incorporadores imobiliários	Uso – implementação urbana
Ativistas ambientais	Preservacionista; discurso ambiental

Turistas	Preservacionista
Igreja progressista – pastorais da saúde e da terra	Preservacionista – discurso de distribuição de terras – criação de Deus
Professores universitários	Preservacionista – discurso de Cerrado
Ativistas culturais	Preservacionista – beleza cênica
Raizeiras e benzedores	Preservacionista – saúde
Coletivos de mulheres	Preservacionista/luta política
Religiões afrodescendentes	Preservacionista – discurso de respeito

Elaboração: os autores, 2021.

Todos esses grupos e identidades, como é coerente neste período, estabelecem diálogos, conflitos, negociações e assimilações. Mas a importância do Parque, a sua dimensão e o seu sentido de “biblioteca”, atraem também atores de fora do município e da cidade. A AGB – Seção Goiânia, teve importância fundamental em lutar contra o governo para não deixar reduzir a área.

Os trabalhos de campo, a defesa do Cerrado vivo e em pé; o trabalho de pesquisa, a produção acadêmica focando o Cerrado no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Cidade de Goiás, bem como outros programas em vários lugares do Estado de Goiás, ajudam a incrementar as lutas e a dimensionar o papel do Parque. O Parque Estadual da Serra Dourada passa a ser olhado como uma riqueza constituída da memória da longa história do Cerrado. Passa também a se configurar como um cartão de visita ecológico, cênico, ambiental e espacial de Goiás. Não são poucos os literatos, poetas, contadores de causos que enfocam o Parque mostrando a sua beleza.

Ocorre emoções de grupos envolvidos com a arte no momento que chegam a cidade de Goiás e são recebidos primeiramente pelo Parque. Ocorre também de visitantes, intelectuais e professores de unidades federativas, como São Paulo, Rio de Janeiro e mesmo de fora do país, se maravilharem com o desenho da luz dourada na crista alongada da serra.

Em muitos casos as notas poéticas ajudam a compreender o olhar de quem veio de fora.

Um membro da Academia de Letras narrou:

Peguei o meu carango velho, fui vagar, queria curtir a estrada e também observar as mudanças de Goiás. As paisagens não mentem. Quando saí de Itaberaí-Go, nada de frio na barriga, mas quentura na cabeça, de repente a Serra Dourada, meio arredondada, sob o véu da luz solapante, deu as caras. Seus ângulos curvos, o seu tamanho, algo misterioso e mágico, aquela vegetação tortuosa, os rochedos expostos, e a brincadeira da luz formando um arco de desenhos indescritível...Pensei que ali o Cerrado dava o seu testemunho, mostrava a sua beleza, me convidava para outra forma de consciência. Era um quadro, aliás, vários quadros, de muitas cores. Eu nem quis fotografar. Não precisava (Cidade de Goiás, out. 2019).

Como foi falado anteriormente, o Parque Estadual da Serra Dourada se agrega, de muitas maneiras à cidade de Goiás. O critério cênico ajuda no turismo. Esse, por sua vez, se revela na memória histórica, no espaço colonial e na cultura. O discurso justificador do interventor Pedro Ludovico na década de 1930, de que a cidade de Goiás, ladeada pela Serra, se transformaria numa necrópole, isto é, num espaço de disseminação de bactérias, hoje não é escutado. Significa proteção ambiental e riqueza genética; formadora de canais e rios e possibilidade de conhecer melhor o Cerrado.

Entretanto, são diversos autores que, a partir da abordagem territorial do Cerrado, demonstram que o Cerrado brasileiro está em disputa. Chaveiro (2019), a partir de um diálogo com o antropólogo carioca Carlos Rodrigues Brandão, afirma que o Cerrado é um mundo. Depois da afirmação, pergunta: que mundo é este?

O autor narra:

De sobrevoo parece um mundo monótono feito e desenhado de paisagens acinzentadas, uníssonas. Mundo das vastidões interiores que abrange uma enorme porção do território brasileiro; das florestas anãs, de matos carrasquinhos, de árvores pequenas e tortas; território esquadrejado de córregos e rios – e de imensas lavouras e pastagens. Contudo, ao aproximar da superfície o que se vê é um profundo dinamismo energizado por conflitos de forças e por disputas objetivas e de sentidos; de variadas formas com diferenciação regional, e de lugares; com contrastes na distribuição da população entre as regiões e entre as cidades e o campo (CHAVEIRO, 2019, p.65).

Chamar o Cerrado de mundo, ou o mundo do Cerrado, conforme está dito nas palavras do professor e pesquisador, há a ligação de três componentes: a natureza; os aspectos sociais-políticos e o territorial. O primeiro aspecto a ser relevado pelo autor é a vastidão do domínio do Cerrado ocupando uma grande parte do território brasileiro. Pode-se dizer que o Brasil é muito o Cerrado. Depois, enxerga-se a descrição das florestas anãs, dos matos carrasquinhos, das árvores tortas. E, finalmente, controlando essas características, narra o “território esquadrejado”. É narrado também o dinamismo ligado ao conflito das forças e das disputas.

Convém enxergar ainda a diferenciação regional, a urbanização acelerada, a desigualdade social e, inclusive, outros aspectos importantes, como a redução das terras indígenas, a ação das empresas mineradoras, os efeitos ambientais causados pelo modelo do agronegócio, a desarticulação da cultura popular de mulheres, indígenas, quilombolas, camponeses.

Como se viu, a transformação do Cerrado em um território dinâmico, desigual e disputado, gerou efeitos na cultura, nos saberes e no ambiente (CHAVEIRO, 2019). O geógrafo britânico, David Harvey (2011), ao analisar esse sentido a partir da interpretação crítica do capitalismo, demonstra que o triunfalismo econômico geralmente recai no empobrecido e no esmagamento da vida. A explicação vai no sentido de esclarecer que,

A longa história de destruição criativa sobre a terra produziu o que é às vezes chamado de “segunda natureza” – a natureza remodelada pela ação humana. Há muito pouco, ou nada, da “primeira natureza”, que existia antes de os seres humanos povoarem a terra. Mesmo nas regiões mais remotas da terra e nos ambientes mais inóspitos, os traços da influência humana (a partir de mudanças nos regimes climáticos, vestígios de pesticidas e transformações nas qualidades da atmosfera e da água) estão presentes. Nos últimos três séculos, marcados pela ascensão do capitalismo, a taxa de propagação e destruição criativa sobre a terra tem aumentado enormemente. No início, essa atividade era em geral conceitualizada em termos de uma dominação humanatriunfalistasobre a natureza (parcialmente compensada por sentimentos estéticos que romantizavam a relação com a natureza). Somos mais cautelosos agora em nossa retórica, embora não necessariamente em nossas práticas. A história do capitalismo está repleta de consequências ambientais não intencionais (às vezes de longa duração) e algumas delas (como a extinção de espécies e habitats) são irreversíveis. É melhor pensar não em dominação, portanto, mas no desenvolvimento de práticas humanas em relação ao mundo físico e à teia da vida ecológica, que mudam a face da terra de maneira muitas vezes dramática e irreversível (HARVEY, 2011, p.151-152).

Conforme o geógrafo explica, muitas vezes, como ocorreu no Cerrado brasileiro, desde a década de 1970, o dinamismo econômico é concentrador, subsidiado pelo Estado, gerador de desigualdade social e também de efeitos ambientais que “mudam a face da terra”. Portanto, analisar as disputas territoriais do Parque Estadual da Serra Dourada supõe ler essa totalidade em dois sentidos: a inserção do Cerrado na acumulação capitalista, ou o modo como o capitalismo atual intercede na natureza; e o papel do Cerrado nesse mecanismo. Mas, como foi demonstrando anteriormente, significa ver também os atores e agentes que disputam o parque. As disputas estimulam formas diferenciadas de usos.

Nas disputas, os atores ou agentes não têm peso iguais. O Estado, por exemplo, tem mais força porque conta com o poder político, jurídico, atrela-se ao poder econômico; tem a capacidade de fiscalizar, punir e prender. Ou de facilitar, como geralmente ocorre, de haver atitudes ilegais no uso do Cerrado, como na apropriação, controle e usos das águas. Manoel Calaça, geógrafo e professor da UFG, um dos criadores da abordagem territorial do Cerrado, juntamente com a professora da UEG, Maria Erlam Inocência contribuem com a interpretação territorial do Cerrado.

É possível dizer que todos os momentos da história da sociedade brasileira foram construídos pelo predomínio do poder do Estado sobre os territórios. O avanço do processo capitalista de produção no campo sempre atrelou-se a ação do Estado, que compôs as diretrizes do avanço das fronteiras agrícolas no país (INOCÊNCIO; CALAÇA, 2012, p.81).

Os referidos autores, como se viu na citação, demonstram a força do Estado na organização do Território e no seu comando. Enxergam que o Estado brasileiro foi estratégico pactuando com

países ricos, como Estados Unidos da América e Japão, projetos para uso do Cerrado brasileiro. Desde a criação do Programa de Cooperação Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (Prodecer) nos anos de 1970; passando pela constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR); a constituição da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); a criação do Programa de Seguro Rural (Proagro); a implementação da Política de Garantia para os Preços Mínimos (PGPM), dos 1970 para os 1980 e toda a política neoliberal nos 1990, com o Programa Nacional de Desestatização (PND), constatamos a ação do Estado em oferecer condições para transformar o Cerrado brasileiro numa fronteira agrícola de interesse da economia internacional.

Essa leitura acolhida e defendida pelo grupo de professores e pesquisadores do Cerrado, como Celene Cunha Monteiro Antunes Barreiro (UFG), Marcelo Rodrigues Mendonça (UFG), Denis Castilho (UFG), Ricardo Assis Gonçalves (UEG), Murilo Mendonça O. de Souza (UEG), Edson Batista da Silva (UEG), Elizeu Lira (UFT – Universidade Federal do Tocantins), Adão Francisco de Oliveira (UFT), além de Manoel Calaça (UFG) e Eguimar Felício Chaveiro (UFG), marcam que é necessário compreender o Cerrado dentro das disputas geopolíticas.

Contudo, outras abordagens são aceitas e desenvolvidas de diferentes maneiras. O geógrafo gaúcho radicado em Uberlândia, um dos coordenadores do projeto “Sociobiodiversidade do Cerrado”, o professor e pesquisador Rosselvelt José Santos, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) tem insistido para não separar a interpretação territorial do modo de vida, das práticas espaciais, os usos locais, das tensões. Portanto, não se pode separar da vida no lugar.

A seu modo, poderemos dizer que as disputas territoriais não acontecem apenas na escala geopolítica, geoeconômica ou dos atores dominantes, como o Estado, os bancos, os latifundiários, mas também de atores locais. É isso que observamos no caso do Parque Estadual da Serra Dourada. Souza e Santos (2014) explicam essa perspectiva de abordagem dizendo que,

Analisando o Cerrado, a partir das relações sócio-culturais, observa-se que o modo de vida tinha suas manifestações na paisagem, ou seja, a produção podia ser realizada em pequena escala, e o modo de vida impresso nesta paisagem estava relacionado ao modo de ver, morar, pensar e conceber o Cerrado. Ao analisar, atualmente, as alterações da produção dos meios de vida da população tradicional do Cerrado, bem como das suas identidades e valores culturais, poder-se-ia possível entender o processo que está posto, no tocante a coexistência metamorfoseada de modos de vida e relações de trabalho, sob a nova forma de vida que estas estão desenvolvendo a partir desta nova realidade, que altera a paisagem em sua forma física e cultural (SOUZA; SANTOS, 2014, p.82).

Os vários trabalhos de campos desenvolvidos pelo professor Rosselvelt José Santos, a produção audiovisual, a sua orientação e o seu trabalho em Teoria e Método, fez o referido professor organizar a sua leitura. No evento CUBRA – Congresso Internacional Brasil-Cuba, realizado em maio de 2021, o professor pontuou em detalhes a sua proposta analítica. A partir da observação participante, e na forma de relatora do evento, juntamente com os coordenadores,

apreendemos da palavra do professor, o seguinte: a análise do território feita no Brasil muitas vezes não observa o que ocorre nos lugares; os lugares são cheio de tensões, vitalidades, criatividade, adaptações, negociações, resistências; nos lugares as comunidades, os sujeitos do campo, as mulheres, as crianças efetivam as suas experiências sociais e culturais no trabalho, no afeto, na criação de soluções para os seus problemas; criam resiliências; os lugares são pulsões; é ali que se produzem os projetos de vida; a lógica capitalista é dominante, mas não é a única lógica. Não se pode pensar a dominação como se não houvesse outras formas de trabalho, de cultura, de habitação; os modos de fazer das gentes simples, das pessoas em suas comunidades, por meio da solidariedade, juntam o sistema social ao sistema ecológico.

As lições de Rossetti José Santos ainda permitiram sintetizar outros pontos: a pesquisa exige a extensão; às vezes há correntes da geografia que possuem certezas demais; os trabalhos de campo, a convivência com as comunidades, com os seus modos de vida, demonstram haver surpresas; o método não pode ficar fora das práticas; a teoria não tem um valor em si; só tem valor quando está ligada às práticas.

As contribuições teóricas de Santos (2019) vêm acompanhadas do seu trabalho teórico; e a sua teoria vem subsidiada pelos trabalhos de campo. A sua crítica ao modo que o território é analisado, muitas vezes, sem pensar o lugar, às práticas e às tensões, se junta a sua visão de geógrafo. Ou seja, se junta, que entende ser o trabalho do geógrafo. Interessado nas “surpresas” dos campos e na interrogação, mais que nas certezas, a sua abordagem visa juntar análise do território com lugar ou com as paisagens.

Silva (2019) fez uma pesquisa profunda com enfoque nas abordagens do território. Sua síntese é esclarecedora.

Em meio às “vozes” dissonantes sobre o território e o espaço, a questão do sujeito foi paulatinamente se interpondo na reflexão geográfica, desde o Movimento de Renovação, nas décadas finais do século XX, até os dias atuais. A transformação social e a justiça social deram a tônica do discurso da renovação e passavam, necessariamente, pelo espaço e o território como também pela elucidação dos sujeitos. Quais as formas discursivas de que se reveste o sujeito ou os sujeitos? As referências à sociedade, à população, ao cidadão, às classes sociais, ao proletariado, ao camponês, aos movimentos sociais, aos povos (ribeirinhos, da floresta, cerradeiros, etc.), ora de forma genérica, ora de forma específica foram se plasmando aos conceitos de espaço e território. Os desafios em precisar e nomear “os sujeitos” não encontrou, até o momento, soluções consensuais. Os esforços no sentido de precisar a dimensão espacial e territorial dos sujeitos também se impuseram na ordem das reflexões, sob a forma de desafios teóricos e práticos” (SILVA, 2019, p.16).

Mais que destacar os atores e agentes genéricos, como Estado, latifúndio, banqueiros, setor do agronegócio, como foi explicado pela professora, muito próximo do que apresentou o professor Rossetti José dos Santos, não se pode ficar no plano genérico. Como não se pode separar o trabalho do pensamento da luta pela justiça social. A luta contra as generalizações exige atenção

aos usos, às práticas, às tensões, aos discursos, ao modo de vida. Em outras palavras, é necessário juntar território e lugar, ou então ver as diferentes escalas do território.

Esse vislumbre teórico e interpretativo, com apoio em autores que fundamentam a interpretação do Cerrado com base no território, fortaleceu a análise do Parque Estadual da Serra Dourada. Por consequência, foi possível organizar um quadro com identificação de grupos e os distintos usos do Parque, o que também revela o território e as paisagens em disputa no Cerrado goiano (Quadro 2).

Quadro 2. Escala de uso do Parque Estadual da Serra Dourada

GRUPOS	USOS
Adolescente em atividades sexuais	Iniciação sexual
Grupos de adolescentes para banhos em córregos e aprender a nadar	Lazer
Crianças que caçam com estilingue	Lazer
Grupos jovens que vão dar um tapa	Exercícios de drogadição
Caçadores clandestinos	Cultura tradicional
Pescadores de lambari e <i>lobós</i>	Lazer
Grupos de oração	Religião
Bucólicos	Amor à natureza
Excursionistas de escolas	Pedagógico
Montanhistas	Esporte radical
Voadores de asa delta	Esporte radical
Trilheiros	Turismo ecológico/lazer
Ciclistas	Lazer/ <i>ethos</i> urbano
Coletores de frutas para vender	Comércio
Coletores de frutas para uso – cajuzinho/murici	Ligação cultural
Motocross	Esporte radical
<i>Fisqueiros</i> de ouro	Atividade de garimpagem ilegal
Coletores de areia	Arte
Isolamento do coletivo	Adoecimento

Fonte: os autores, 2021.

Todas essas classes de usuários do Parque Estadual da Serra Dourada demonstram a sua importância. Demonstram também que não há ação desprovida dos sujeitos concretos de um determinado tempo e espaço que, por sua vez, possuem ligação direta com os objetos, com os espaços e com as reservas.

As apropriações observadas dão o quadro dos diferentes usos; retratam também as intensidades, as intencionalidades e as estratégias. Possivelmente, existem outros usos que são imperceptíveis, clandestinos e escondidos. Esses usos demonstram as diferenças simbólicas e as diferenças de sujeitos que usam o Parque Estadual da Serra Dourada. Demonstram que nos usos há conflitos e escalas de intensidade e de tempo. Com efeito, a partir da interpretação territorial do Cerrado compreende-se que as unidades de conservação em Goiás se constituem como territórios e paisagens em disputa, reveladoras de representações e conflitos.

4. Considerações Finais

O presente artigo pretendeu compreender o Parque Estadual da Serra Dourada por meio de suas paisagens e territórios em disputas. Demonstrou-se que o Cerrado possui uma grande diversidade de paisagens e ecossistemas apropriados e transformados nas últimas décadas. Pela observação dos aspectos analisados, o objetivo da pesquisa foi fazer uma ligação entre paisagem e território a partir do Parque Estadual da Serra Dourada.

Neste viés, percebeu-se que o território do Parque Estadual da Serra Dourada é palco de disputas e conflitos ambientais que envolvem diferentes atores sociais, como garimpeiros, empresas de turismo, fazendeiros tradicionais, assentados de reforma agrária, gestores públicos e demais atores, os quais promovem distintas pressões no território do Parque movidos por interesses diversos. Entre os interesses identificamos a proposta de diminuição da área de delimitação para atender às pressões de distintos atores em disputa, como foi demonstrado no decorrer do artigo.

Investigamos, ainda, os níveis de disputas e a importância socioambiental do Parque da Serra Dourada. Através do mapeamento da área em estudo, levantamento de dados e informações qualitativas e quantitativas foi observado que os interesses e os conflitos de usos e de significações simbólicas do Parque estão vinculados com o modelo hegemônico de relação da sociedade com a natureza. Por conseguinte, envolve intensidades, intencionalidades e estratégias diversas, inclusive diferenças entre os sujeitos que usam o Parque Estadual da Serra Dourada.

Finalmente, destacamos que a interpretação territorial do Cerrado não separa os elementos ambientais como relevo, rios, fitofisionomias e clima, das formas de usos e representação construídas por povos tradicionais, camponeses, quilombolas e indígenas. Na relação com o Cerrado, os povos e comunidades constroem maneiras específicas de se relacionar com as sementes, as águas, a vegetação e as paisagens, referenciados em saberes ancestrais. Também

constroem lutas em defesa dos seus territórios como territórios de vida, trabalho e dignidade.

Agradecimentos

O segundo e o terceiro autor agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ-2).

Referências

ALMEIDA, Maria Geralda de. A reinvenção da natureza. **Espaço e Cultura**, N.17, p.41-53, 2004.

ALMEIDA, Maria Geralda de. (org.) **Tantos Cerrados**: múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidade cultural. Goiânia: Vieira, 2005.

BORGES, Rosana Maria Ribeiro. **Pensamentos dispersos, hegemonias concentradoras**: discursos jornalísticos e movimentos de territorialização no Cerrado. tese (doutoramento em Geografia), Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia/GO, 2013.

CALAÇA, Manoel. Territorialização do capital: Biotecnologia, Biodiversidade e seus impactos no Cerrado. **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO v. 4, n. 1 fev/2011.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Por uma abordagem geográfica do Cerrado**: a negação de um bioma diverso, a afirmação de um território desigual – Cartas de luta. Tese de Livre Docência, Instituto de Estudos Socioambientais – Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO: 2019

CHAVEIRO, Eguimar Felício; CASTILHO, Dênis Castilho. **Cerrado**: patrimônio genético, cultural e simbólico. Goiânia: UFG/IESA, 2007.

CHAVEIRO, Eguimar F.; BARREIRA, Celene. Cunha. M. A. Cartografia de um pensamento de Cerrado. In: CASTILHO, Denis; PELÁ, Márcia. (Org.). **Cerrados**: perspectivas e olhares. Goiânia: Vieira, 2010. p.15-34.

GONÇALVES, Ricardo Junior de A. F. **No horizonte, a exaustão**: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de mineração em Goiás. 504f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2016.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

INOCÊNCIO, Maria E. **O Prodecer e as tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado**. 279 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, 2010.

INOCÊNCIO, M. E.; CALAÇA, M. Estado: o articulador do processo de modernização territorial no Cerrado. **Espaço em Revista**, Goiânia, v. 13, n. 2, 2012.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter, **A globalização da natureza e a natureza da llobalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RIBEIRO, Maria Helena. *Mulheres Coralinas*. Canone Editorial: Goiás, 2016.

SEMAD – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Unidades de conservação**. 2023. Disponível em: [https://www.meioambiente.go.gov.br/acesso-a-informacao/118-meio-ambiente/unidades-de-conserva%C3%A7%C3%A3o/1082-unidade-de-conserva%C3%A7%C3%A3o-em-goias.html](https://www.meioambiente.go.gov.br/ acesso-a-informacao/118-meio-ambiente/unidades-de-conserva%C3%A7%C3%A3o/1082-unidade-de-conserva%C3%A7%C3%A3o-em-goias.html). Acesso em: mai. 2023.

SILVA, Ana Cristina da. Território, classe social e sujeitos: desafios teóricos contemporâneos. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, 17: 4-26, 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e territórios**: uma introdução à ecologia política. 1º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SOUZA, Edevaldo Aparecido Souza1.; SANTOS, Rosselvelt José. **Paisagens culturais no Cerrado em transformação**. 2014. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/125.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2023.